



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1308/2025
(à MPV 1308/2025)

Suprima-se o art. 2º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

A criação da Licença Ambiental Especial (LAE), ao concentrar em um único ato administrativo todas as etapas do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, afronta dispositivos constitucionais e normas infralegais que estruturam a política ambiental brasileira. A unificação das fases de licenciamento desconsidera a necessidade de análises específicas e condicionantes próprias de cada etapa, em descompasso com o art. 225, §1º, inciso IV, da Constituição Federal, que consagra o princípio da prevenção, e com a estrutura trifásica consolidada pela Resolução Conama nº 237/1997.

Tal simplificação processual compromete a lógica preventiva do licenciamento ambiental, restringindo espaços de participação social e reduzindo a transparência decisória. A centralização da decisão na autoridade licenciadora, sem a devida divisão em etapas, cria margem para a dispensa de estudos e audiências públicas indispensáveis, enfraquecendo a fiscalização e o controle social. Como consequência, abre-se a possibilidade de concessão acelerada de licenças para empreendimentos de alto potencial poluidor, sem avaliação proporcional à magnitude dos impactos, o que configura grave retrocesso



ambiental, em violação ao princípio da vedação ao retrocesso socioambiental amplamente reconhecido na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Sala da comissão, 14 de agosto de 2025.

Deputado Célio Studart
(PSD - CE)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257922004700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Célio Studart

